



FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 26 de maio de 2018





A GUERRA COLONIAL
PORTUGUESA E A
IMORTALIDADE DAS FERIDAS

A GUERRA COLONIAL PORTUGUESA E A IMORTALIDADE DAS FERIDAS

Bruno Sena Martins

No conto “A Testemunha”, Jorge Luis Borges sugere que, de uma certa perspectiva, a batalha de Junín chegou ao fim, desaparecendo para sempre, após a morte do último homem que nela combateu. Se usássemos como boa a hipótese de Borges, a ideia que um evento ou feito morre com a sua última testemunha, diríamos que Guerra a Colonial não terá muitas mais décadas de existência, esfumando-se para sempre quando enfim desaparecerem os últimos soldados que nela combateram.

No passado dia 14 de maio, comemoraram-se 44 anos desde a data em que dezenas de militares com deficiência se reuniram na esplanada do jardim da Estrela. Desse encontro haveria de resultar a nomeação da comissão *ad hoc* que levou à constituição da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Nenhuma geografia materializa tão bem o abandono e exclusão social vividos pelos Deficientes das Forças Armadas como o invariável espaço de moratória destes ex-combatentes no seu regresso da guerra: o hospital militar, em Lisboa. Como a gravidade das situações clínicas o justificasse, ou porque o acesso a cuidados médicos fosse escasso, tal a quantidade de feridos face às estruturas de resposta, muitos DFA ficavam muito tempo, às vezes anos, no hospital militar de Lisboa. O nome de algumas das valências do hospital é esclarecedor. O designado “Depósito de Indisponíveis” exprime bem a sensação de abandono expressa por muitos dos ex-combatentes que ali viveram (sentindo que ali foram literalmente depositados); já o “Texas”, designação informal popularizada do anexo do Hospital Militar Principal, refere o ambiente de caos e desordem generalizada (qual *far west*) que se vivia.

Ligada de modo estreito à Guerra Colonial e suas sequelas, nascida poucos dias depois do tempo democrático instaurado pelo 25 de Abril, a ADFA articula uma memória e uma luta social que, durante décadas, militantemente se têm oposto ao apagamento da Guerra Colonial no espaço público português. Após o 25 de Abril, face à continuada negligência face ao poder sentida pelos deficientes de guerra, a ADFA cresceu na convicção de que a revolução não alterara a negligência do poder político. Tratava-se de confrontar um clima revolucionário em que expectativas exaltantes em relação ao futuro estabeleceram uma ordem social, em que a memória da guerra se tornou visita indesejada, ameaçadora das representações benignas do colonialismo português. Perante uma guerra tão longa, animada



A GUERRA COLONIAL
PORTUGUESA E A
IMORTALIDADE DAS FERIDAS

politicamente por um nexo colonial-racista, marcada por elevados níveis de frustração e exaustão dos combatentes, a memória condenatória da guerra em Portugal sendo silenciada quer pelo espectro de um confronto coletivo com massacres e crimes de guerra, quer pelo difícil gesto de assunção de quota individual na violência imposta àqueles que também foram os heróis da democracia.

Calculados em cerca de 15 000, os combatentes que hoje compõem a ADFA, marcados por deficiências várias - cegueira, surdez, paraplegia, paralisia cerebral, distúrbio de stress pós-traumático - são apenas parte da história das sequelas deixadas pela Guerra Colonial. Basta pensar nas sequelas similares que marcam as experiências combatentes das lutas de libertação, ou nos muitos dos combatentes de recrutamento local do exército português que ficaram, esmagadoramente, nos países que resultariam das independências em África sem direito ao reconhecimento do seu estatuto como Deficientes das Forças Armadas.

O lugar residual ou fantasmático que a Guerra Colonial ocupa no senso comum em Portugal, embora matizado por uma crescente visibilidade em anos recentes, ainda permanece. As vidas irreversivelmente marcadas pelo conflito armado acontecido há mais de 40 anos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, reclamam existência e reconhecimento exatamente contra o modo como a Guerra Colonial foi relegada, em Portugal, para o espaço das memórias íntimas. A realidade da ADFA e dos seus associados confronta-nos com experiências e agendas políticas que, há muito, denunciam a insustentabilidade de um tal interdito. Na forma de palavras, objetos ou feridas passadas de geração em geração, a memória da Guerra Colonial seguirá de todo o modo, muito para além da morte do último combatente. O livro recentemente publicado pela ADFA, “Deficientes das Forças Armadas – a geração da rutura” (2017), conta-nos a história das lutas daqueles que atravessaram a democracia portuguesa condenando uma guerra que não queriam nem podiam esquecer. Monumental na informação coligida e bem tratada, o livro, que vos aconselho, é um contributo valioso para uma conversa, ainda possível, entre aqueles que que viveram a guerra e as gerações seguintes. Cientes da impossibilidade do apagamento da guerra, além da última testemunha, também sabemos o quão fantásticos podem ser os contos de Borges.

Bruno Sena Martins é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e de co-coordenador no programa de doutoramento “Human Rights in Contemporary Societies”, do Centro de Estudos Sociais e do Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra.



MEMÓRIAS DE GUERRA
GUERRA DE MEMÓRIAS



Algériennes 1954-1962 | 2018 | Deloupy e Meralli

MEMÓRIAS DE GUERRA GUERRA DE MEMÓRIAS

Paulo de Medeiros

Aproximadamente a meio da narrativa, o leitor do recente álbum de banda desenhada, *Algériennes 1954-1962*, assinado pela dupla Swann Meralli e Deloupy (Marabout, 2018), depara com uma frase insólita: 'isto tornou-se numa guerra de memórias' (64). Quem a profere é Djamila, uma antiga guerrilheira da resistência argelina, em relação à exposição oficial sobre a guerra de independência, que mais não seria que uma tentativa de celebrar o governo atual. Insólita mas talvez de esperar já que o debate académico em França tem vindo a usar esse termo pelo menos já há uma década. Os ensaios reunidos no volume organizado por Pascal Blanchard e Isabelle Veyrat-Masson, *Les guerres de mémoires. La France et son histoire* (La Découverte, 2008) demonstram a importância dos conflitos entre várias memórias colectivas para o estabelecimento da identidade nacional. O livro de Meralli e Deloupy, bem consciente dessa problemática, tem outros objectivos. Isto é, se a questão da memória da guerra de independência está indelevelmente relacionada com a identidade nacional quer da França, quer da Argélia, neste livro o que se expõe principalmente é a irreduzível complexidade da História em que nem a violência nem a crueldade monstruosa, assim como a coragem e a resistência aos processos mais brutais de desumanização, não são apanágio exclusivo seja de que grupo for.



MEMÓRIAS DE GUERRA
GUERRA DE MEMÓRIAS

O enredo é simples e segue a demanda da narradora sobre o passado. Béatrice, filha de um pai que serviu no exército francês durante a guerra da Argélia, decide explorar essa parte da história ainda tida por grande parte da sociedade como tabu e sobre a qual o pai mantém silêncio absoluto. Tal como Jennifer Howell, na esteira de Marianne Hirsch, salienta no seu estudo das representações da guerra da Argélia na banda desenhada francesa, 'a pós memória não é completamente inocente'. Neste caso porém sobressai a preocupação de evitar qualquer apropriação por este ou aquele grupo. A notar-se alguma tendência seria a de sugerir uma maior solidariedade entre as mulheres. A construção da narrativa, com o esquema de destinos cruzados das várias protagonistas, arrisca-se a apresentar uma imagem demasiado romantizada dela. No entanto, a coragem, porventura irreal, de Lucienne, a mãe da narradora, ao entregar a sua criança aos braços de Malika, a guerrilheira que tinha acabado de detonar um explosivo no centro de Argel para que ela assim possa passar o posto de controle sem ser detida, tem o seu balanço no cruel racismo da professora de liceu que atormentava os seus alunos árabes.

Pode-se enquadrar este álbum numa tradição de resistência e crítica como a levada a cabo por Joe Sacco em *Palestine* (1993-1995) ou, no caso de Portugal e da Guerra Colonial, em *Os Vampiros* de Filipe Melo e Juan Cavia (2016). Seria ainda de notar o papel seminal de Art Spiegelman com *Maus* (1980-1991). A mistura de ficção e elementos históricos pode-se dizer, assim com uma ênfase dada a elementos visuais, tem vindo a assumir-se como marcante para o trabalho de pós memória. A fotografia, como Mariane Hirsch elucidou, torna-se um elemento da maior importância neste processo e, *Algériennes 1954-1962* poderia servir de modelo já que a viagem de Béatrice à Argélia é desencadeada por uma fotografia (da casa de família de Saïda, amiga de sua mãe, que nunca mais lá regressou). E chegada a Argel, é outra fotografia – a de três guerrilheiras exposta no museu – que desencadeia todo o processo de redescoberta do passado. Embora não seja esta a primeira vez que a Guerra da Argélia é representada na banda desenhada francesa (e talvez também nalguma argelina?) – sendo *Là-bas* de Didier Tranchet e Anne Sibran (Dupuis, 2013) o exemplo mais próximo – esta é a primeira vez que a história, mais silenciada ainda, das guerrilheiras, constitui o tema principal. A grande originalidade deste álbum não se limita por aí e estará, talvez, no fato de não só escapar a simples dicotomias como de constantemente lançar mais questões quer sobre o passado quer sobre o futuro.

Paulo de Medeiros é Professor Catedrático no Department of English & Comparative Literary Studies da Universidade de Warwick, Reino Unido.

ISSN 2184-2566



Horizon 2020
European Union funding
for Research & Innovation

